

→ continuação

O valor contábil dos ativos de impostos diferidos é revisado a cada data de apresentação e um ativo de imposto diferido é reconhecido na extensão em que seja provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir que todo ou parte dos impostos diferidos ativos sejam utilizados. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos são reavaliados a cada data de apresentação e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua utilização.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados pelo valor líquido quando há direito legal ou contratualmente exigível de compensar o ativo fiscal com o passivo fiscal, e os impostos diferidos estão relacionados à mesma entidade tributável e sujeitos à mesma autoridade fiscal.

h. Ativos contingentes e provisão para processos judiciais

• **Ativos contingentes** - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

• **Provisão para processos judiciais** - são classificados como provisão para processos judiciais prováveis, quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, é provável uma saída de recurso e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. Os provisões para processos judiciais classificadas como de perda possíveis, não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas apenas em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação; e

• **Obrigações legais** - as obrigações legais, cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente, são devidamente provisionadas quando prováveis de serem.

i. Despesas antecipadas

Despesas antecipadas são aplicações em gastos que tenham realização no curso do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

Devem ser contabilizados nesta conta os valores pagos antecipadamente, tais como os prêmios de seguro, assinatura de periódicos, contratos de manutenção e licença, campanhas por um período determinado, entre outros valores correlatos sempre que forem pagos antecipadamente.

j. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de incentivos, descontos comerciais e outras deduções similares.

Todas as receitas da Companhia, observam o modelo de 5 etapas para o reconhecimento, conforme descrito abaixo:

- Etapa 1: Identificação do contrato;
- Etapa 2: Identificação das obrigações de desempenho;
- Etapa 3: Alocação do preço da transação;
- Etapa 4: Alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; e
- Etapa 5: Reconhecimento da receita.

Desta forma, a Companhia classifica suas receitas em dois tipos: transacionais e receita de serviços.

A receita transacional é gerada em transações nacionais e internacionais por meio da cobrança de tarifas dos emissores de cartões e adquirentes com base na quantidade de transações e, principalmente, nos valores do volume transacionado. A receita transacional é registrada em um momento específico, pois o serviço é prestado quando uma compra é gerada em cartões ou outros dispositivos que carregam a bandeira da Companhia.

As receitas de serviços incluem serviços de valor agregado para suportar os clientes. Esses serviços incluem tarifas antifraude, tarifas de conectividade, tarifas de consultoria e outras taxas de serviços. O reconhecimento da receita de serviços é registrado quando o serviço é prestado ou disponibilizado ao cliente ou no período em que ocorrem as operações de pagamento envolvendo o serviço específico.

Incentivos

A Elo celebra acordos comerciais com parceiros estratégicos para promover o fortalecimento da Marca Institucional Elo, além de ações promocionais, ativação, uso e preferência do cartão Elo. Os acordos oferecem descontos e incentivos financeiros quando os clientes atingem determinados níveis de volume de transações ou número de novos cartões ativos, além de outros incentivos de suporte, que estão vinculados ao desempenho do cliente. Diferentes fatores são considerados para estimular o desempenho do cliente, incluindo transações realizadas, emissão de cartões e volumes de conversão de cartões como prioridade. Esses tipos de incentivos são registrados como redutores da receita e são reconhecidos pelo prazo contratual.

O reconhecimento dos incentivos variáveis é feito de acordo com a geração de volumes transacionado ou cartões para o mês de referência. Além disso, existem outros tipos de incentivos que não estão alinhados com a geração de volume, como incentivos para desenvolvimento de técnico, acordos comerciais e marketing. A contabilização dos demais incentivos é realizada por meio de cláusulas contratuais que variam de acordo com cada contrato e é registrada como redutora da receita na demonstração do resultado.

k. Arrendamento mercantil

A Companhia possui arrendamento de seu escritório e equipamentos. Contratos de aluguel são normalmente fixados em períodos entre 1 e 6 anos, mas podem conter cláusulas com possibilidade de extensão.

Em um mesmo contrato podem existir itens que sejam arrendados e itens não arrendados. A Companhia faz as alocações contábeis de acordo com os preços unitários de cada componente levando em consideração o que é arrendamento e o que não é. No entanto, para arrendamentos de imóveis para os quais a Companhia é arrendatária, a Companhia optou por não separar os componentes de arrendamento e os não arrendamentos e, em vez disso, contabiliza-os como um único componente de arrendamento.

Os termos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm diferentes condições. Os contratos de arrendamento não impõem outros cláusulas além das garantias sobre os ativos arrendados que são ditos por quem arrendou. Os ativos arrendados não podem ser usados como garantia para fins de empréstimo.

Passivos de arrendamentos

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem efetuados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa e valores que se espera que sejam pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de índice ou taxa são reconhecidos como despesa no período em que ocorre o evento ou condição que desencadeia o pagamento.

Após a data de início do arrendamento, a Companhia usa a taxa de empréstimo incremental na data de início do arrendamento se a taxa de juros implícita no arrendamento não for prontamente determinável. Após a data de início, o valor dos passivos de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, alteração no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos fixos de arrendamento em substância ou uma mudança na avaliação para comprar o ativo subjacente.

Para determinar a taxa de empréstimo incremental, a Companhia:

- sempre que possível, usa financiamentos de terceiros recentes recebidos pelo arrendatário como ponto de partida, ajustado para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que o financiamento de terceiros foi recebido;
- usa uma abordagem de acumulação que começa com uma taxa de juros livre de risco ajustada pelo risco de crédito quando o arrendatário individual não possui financiamento recente de terceiros; e
- faz ajustes específicos para o arrendamento, por exemplo: prazo, país, moeda etc.

A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos variáveis de arrendamento com base em um índice ou taxa, que não são incluídos no passivo de arrendamento até que entrem em vigor. Quando os ajustes nos pagamentos de arrendamento com base em um índice ou taxa estiverem em vigor, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado contra o ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamento são alocados entre principal e custo financeiro. A despesa financeira é debitada ao resultado durante o período do arrendamento de forma a produzir uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo para seus arrendamentos de propriedades de curto prazo (ou seja, aqueles arrendamentos que têm um prazo de arrendamento de 12 meses ou menos a partir da data de início e não contêm uma opção de compra). Também aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de ativos de baixo valor para arrendamentos considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear durante o prazo do arrendamento.

Ativo de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, a data em que o ativo está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzido de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, e ajustados por qualquer remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamento feitos na data de início ou antes, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. A menos que a Companhia esteja razoavelmente certa de obter a propriedade do ativo arrendado ao final do prazo do arrendamento, os ativos de direito de uso reconhecidos são depreciados linearmente pelo menor entre sua vida útil estimada e o prazo do arrendamento. Os ativos de direito de uso estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

4. Informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de forma consistente com os relatórios internos fornecidos aos principais tomadores de decisões operacionais, sendo a Diretoria Executiva composta por 5 diretores estatutários no fechamento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, sendo um deles o Diretor Presidente (CEO). As decisões da Diretoria Executiva são tomadas por maioria de votos, com base nas políticas e diretrizes aprovadas junto ao Conselho de Administração.

Um segmento de negócio é um componente identificável da Companhia, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciados dos restantes segmentos de negócio.

Considerando que todas as decisões são baseadas em relatórios consolidados, e que todas as decisões relacionadas a planejamento estratégico e financeiro, compras, investimentos e alocação de recursos são feitas de forma consolidada, a Companhia atua em um único segmento, como agente de serviços financeiros, sendo que sua principal receita está relacionada às vendas para o mercado interno.

O volume das transações do mercado nacional representou 99,89% e 99,90% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui cinco clientes que, individualmente, representam mais de 10% da receita líquida e juntos representam 70% da receita líquida.

	2023	2022
Moeda nacional	18.658	38.307
Moeda estrangeira (a)	1.094	10.767
Fundos de investimentos (b) (d)	330.403	422.811
Certificado de depósito bancário - CDB (c) (d)	158.016	139.413
	508.171	610.668

- (a) Os valores em moeda estrangeira são convertidos pela PTAX publicada no último dia útil do mês pelo Banco Central do Brasil.
 - (b) As aplicações com fundos de investimentos não exclusivos são administradas pelo Banco Bradesco S.A., BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Caixa Econômica Federal, e possuem liquidez diária. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo.
 - (c) As aplicações em certificados de depósitos bancários (CDB) estão classificadas no curto prazo, uma vez que foram efetuadas com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas e apresentar liquidez diária, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate remunerados ao Certificado de Depósito Interbancário Brasileiro (CDI). Os valores contabilizados não diferem dos valores de mercado.
 - (d) Os fundos de investimentos e os certificados de depósito bancário são classificados ao valor justo (nota 26.2).
- Os rendimentos obtidos em depósitos a curto prazo em transações com partes relacionadas, são descritos na Nota 16.

	2023	2022
Fee Elo - Credenciadores (a)	138.432	126.810
Fee Elo - Emissores (b)	80.821	77.166
Outras contas a receber	1.844	28
FECLD (c)	(628)	-
	220.469	204.004

- a) Valores referente ao Fee da bandeira com o credenciador, que é gerado sobre as transações de compras nos cartões ou outros dispositivos que carregam a marca da Companhia. O cálculo é feito com base na quantidade e no valor das transações. Este valor é registrado no momento de processamento das transações financeiras.
- b) Valores referente ao Fee da bandeira com o emissor, que é gerado sobre as transações de compras nos cartões ou outros dispositivos que carregam a marca da Companhia. O cálculo é feito com base na quantidade e no valor das transações. Este valor é registrado mensalmente dentro do mês de competência em que ocorre o processamento das transações financeiras.
- c) Para o exercício de 31 de dezembro de 2023 a Companhia reconheceu provisão de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD) no contas a receber, considerando a capacidade de recebimento de contraparte.

	2023	2022
Crédito de PIS (a)	2.005	2.957
Crédito de COFINS (a)	9.241	13.633
Crédito de ISS	3.524	1.997
Outros	497	484
	15.267	19.051

(a) Valores referente ao Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição Social sobre as Receitas (COFINS) recuperável em atividades de transação, estabelecido pela Lei 10.637/2002.

	2023	2022
Incentivos (a)	230.979	182.897
Software e aplicativos	11.842	12.973
Campanhas de marketing geral (b)	4.096	10.839
Outras despesas antecipadas	2.822	5.099
	249.739	211.807
Circulante	51.834	53.037
Não circulante	197.905	158.771

- (a) Valores referente a pagamentos efetuados para clientes no âmbito de acordos comerciais, os quais são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os termos dos respectivos contratos.
- (b) Referem-se às campanhas de marketing, mídia, eventos e patrocínios.

	2023	2022
Adiantamento a fornecedores (a)	21.571	18.244
Adiantamento a funcionários	8.873	12.817
Depósitos judiciais	5.492	4.983
Depósitos garantias (b)	3.048	3.284
	38.984	39.328
Circulante	30.134	29.825
Não circulante	8.850	9.503

(a) Valores referente majoritariamente a serviços de saque com o objetivo de manter a movimentação financeira em caixas eletrônicos (R\$ 16.568 em 2023 e R\$ 14.601 em 2022). Esta transação gera receitas que não são incluídas na Receita Bruta, substancialmente, com serviços apresentada na nota 23. Saldo remanescente desse grupo refere-se a outros adiantamentos a fornecedores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Elo Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

b) Em abril de 2016, a Companhia iniciou uma parceria com a DFS Services LLC ("Discover") com o objetivo de garantir o processamento de todas as transações no exterior. Este saldo é referente a garantia para operação internacional.

	Taxa depreciação (a.a)	2022	Adições(a)	Baixas	Transfêrência	2023
10. Imobilizado						
Custo						
Instalações	10% a.a	3.827	-	(10)	-	3.817
Móveis e equipamentos de uso	10% a.a	2.859	-	-	-	2.859
Sistemas de comunicação	20% a.a	4.077	-	(7)	-	4.070
Sistema de processamento de dados	20% a.a	20.510	3.357	-	-	23.867
Outras imobilizações	20% a.a	3.087	-	-	-	3.087
Total		34.360	3.357	(17)	-	37.700
Depreciação						
Instalações	10% a.a	(2.442)	(422)	6	-	(2.858)
Móveis e equipamentos de uso	10% a.a	(1.666)	(282)	-	-	(1.948)
Sistemas de comunicação	20% a.a	(2.067)	(591)	7	-	(2.651)
Sistema de processamento de dados	20% a.a	(10.677)	(3.705)	-	-	(14.382)
Outras imobilizações	20% a.a	(2.359)	(395)	-	-	(2.754)
Total		(19.211)	(5.395)	13	-	(24.593)
Total imobilizado, líquido		15.149	(2.038)	(4)	-	13.107

(a) Valores referente a aquisição de equipamentos de informática e processamento de dados e demais aquisições. Não ocorreram transferências nos ativos imobilizados durante os exercícios apresentados.

	Taxa depreciação (a.a)	2021	Adições	Baixas	Transfêrência	2022
Descrição						
Custo						
Instalações	10% a.a	3.750	77	-	-	3.827
Móveis e equipamentos de uso	10% a.a	2.798	61	-	-	2.859
Sistemas de comunicação	20% a.a	2.832	1.245	-	-	4.077
Sistema de processamento de dados	20% a.a	11.731	8.779	-	-	20.510
Outras imobilizações	20% a.a	3.039	48	-	-	3.087
Total		24.150	10.210	-	-	34.360
Depreciação						
Instalações	10% a.a	(2.021)	(421)	-	-	(2.442)
Móveis e equipamentos de uso	10% a.a	(1.383)	(283)	-	-	(1.666)
Sistemas de comunicação	20% a.a	(1.669)	(398)	-	-	(2.067)
Sistema de processamento de dados	20% a.a	(7.885)	(2.792)	-	-	(10.677)
Outras imobilizações	20% a.a	(1.934)	(425)	-	-	(2.359)
Total		(14.892)	(4.319)	-	-	(19.211)
Total imobilizado, líquido		9.258	5.891	-	-	15.149

	Taxa ponderada amortização (a.a)	2022	Adições	Baixas	Transfêrência	2023
Descrição						
Custo						
Software e aplicativos	16 a 20% a.a	193.650	550	-	-	194.200
Projetos em andamento		6.428	5.176	-	(11.604)	-
Software cooperativos	16 a 20% a.a	-	-	-	11.604	11.604
Total		200.077	5.726	-	-	205.804
Amortização						
Software e aplicativos	16 a 20% a.a	(59.621)	(30.258)	-	-	(90.229)
Software cooperativos	16 a 20% a.a	-	(1.430)	-	-	(1.430)
Total		(59.621)	(32.038)	-	-	(91.659)
Total intangível, líquido		140.456	(26.311)	-	-	114.145

	Taxa ponderada amortização (a.a)	2021	Adições	Baixas	Transfêrência	2022
Descrição						
Custo						
Software e aplicativos	16 a 20% a.a	189.559	4.091	-	-	193.650
Projetos em andamento		-	6.428	-	-	6.428
Total		189.559	10.519	-	-	200.078
Amortização						
Software e aplicativos	16 a 20% a.a	(29.364)	(30.258)	-	-	(59.622)
Total		(29.364)	(30.258)	-	-	(59.622)
Total intangível, líquido		160.195	(19.739)	-	-	140.456

Não ocorreram baixas nos ativos intangíveis durante os exercícios apresentados.

12. Direito de uso - Ativo e Passivo de arrendamento

Os arrendamentos da Companhia que estão dentro do escopo do IFRS 16 são:

- Locação do edifício onde a sede está localizada, cujo prazo contratual é de 6 anos.
- Computadores e equipamentos de TI. Os contratos têm prazo de até 3 anos.

As vidas úteis aplicadas referem-se ao prazo dos contratos em que a Companhia.

	2023	2022
Saldo em 31 de dezembro de 2021		10.469
Aquisições		106
Depreciações		(3.498)
Baixas		(861)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		6.216
Aquisições		327
Depreciações		(3.585)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		2.958

	2023	2022
Saldo em 01 de janeiro		7.072
Juros provisionados		336
Pagamentos		(4.379)
Adições		326
Atualização de arrendamento		-
Saldo em 31 de dezembro		3.355
Circulante		3.338
Não circulante		17

	2023	2022
Saldo em 01 de janeiro		7.072
Juros provisionados		336
Pagamentos		(4.379)
Adições		326
Atualização de arrendamento		-
Saldo em 31 de dezembro		3.355
Circulante		3.338
Não circulante		17

	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2026
IPCA	4,46%	3,90%	3,50%	3,50%
Ativo de arrendamento:				
Fluxo sem inflação	2.958	16	-	-
Fluxo com inflação	3.090	17	-	-
Passivo de arrendamento:				
Fluxo sem inflação	3.355	584	18	-
Fluxo com inflação	3.505	607	19	-
Despesas financeiras:				
Fluxo sem inflação	336</			

★ continuação Notas explicativas às demonstrações financeiras da Elo Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Descrição dos créditos diferidos	Saldo em		Consti- tuição		Reali- zação		Saldo em		Consti- tuição		Reali- zação		Saldo em	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas	3.554	2.582	(384)	5.752	2.943	(470)	8.225							
Provisão para participação nos lucros	16.721	957	(3.453)	14.225	2.914	(559)	16.580							
Provisão para incentivos de clientes	1.766	7.604	-	9.371	1.012	(32)	10.351							
Provisão para licença de uso, mar- keting e outras despesas gerais	10.594	5.347	(3.459)	12.482	6.227	(4.446)	14.263							
Provisão para processamento e serviços	9.829	2.021	(2.270)	9.580	203	(1.500)	8.283							
Provisão para incentivos	41.385	-	(19.716)	21.669	-	(4.932)	16.737							
Provisão para imposto sobre receita	1.901	-	(1.388)	513	-	(148)	365							
Provisão para imposto sobre receita	-	8.803	(1.948)	6.855	9.588	(5.819)	10.624							
Recursos diferida	-	8.803	(1.948)	6.855	9.588	(5.819)	10.624							
Total do ativo	85.750	27.314	(32.618)	80.447	22.887	(17.906)	85.428							
Provisão de receitas	(3.683)	(485)	-	(4.168)	-	926	(3.242)							
Impacto IFRS 15	(2.411)	-	1.195	-	1.216	-	-							
Provisão para depósitos judiciais	(140)	(159)	-	(299)	(167)	-	(466)							
Outros	212	(1.134)	1.139	216	(1.084)	-	(868)							
Total do passivo	(6.022)	(1.778)	2.334	(5.467)	(1.251)	2.142	(4.576)							
Total líquido dos impostos diferidos	79.728	25.536	(30.284)	74.980	21.636	(15.764)	80.852							

c. Previsão de realização dos créditos tributários
Abaixo, segue a expectativa de crédito tributário por exercício:

Expectativa de realização	2023	2022
2024	64.997	
2025	5.692	
2026	2.342	
2027	7.820	
Total	80.852	

23. Receita operacional líquida

	2023	2022
Receita bruta transacional	1.964.705	1.884.375
Receita bruta com serviços	104.179	76.020
Impostos s/ faturamento (ISS, PIS COFINS)	(235.798)	(219.016)
Incentivos	(276.195)	(246.208)
Receita Líquida	1.556.891	1.495.171
Receita transacional líquida	1.464.432	1.427.704
Receita de serviço líquida	92.459	67.467

24. Custo dos serviços prestados

	2023	2022
Processamento e Serviços (b)	(338.382)	(349.146)
Despesas com Pessoal (c)	(281.038)	(234.144)
Marketing e Publicidade (a)	(90.891)	(114.216)
Serviços de Terceiros (d)	(78.164)	(102.009)
Despesas Corporativas (e)	(66.535)	(77.701)
Depreciação e Amortização	(41.018)	(38.074)
Outros	(9.652)	(5.582)
Créditos Tributários (f)	40.170	51.834
Total	(865.508)	(869.038)
Classificado em:		
Custo dos serviços prestados	(364.642)	(365.621)
Despesas com vendas	(139.276)	(152.292)
Despesas gerais e administrativas	(361.590)	(351.125)
Total	(865.508)	(869.038)

(a) Custos relacionados com transações, serviços com cliente e benefícios de cartões de crédito.
(b) Despesas com salários, treinamento, benefícios e encargos. Em relação às despesas com benefícios, estão incluídos os gastos com participação nos lucros e benefício de pensão.
(c) Substancialmente despesas com campanhas de marketing, mídia, eventos e patrocínios.
(d) Gastos com serviços de consultoria, jurídicos e de auditoria.
(e) Despesas com instalações, viagem, serviços de suporte, materiais de escritório e outros.
(f) Valores relativos à recuperação da contribuição do PIS e da COFINS sobre os custos dos serviços presta- dos, instituída pela Lei nº 10.637/2002.

25. Resultado financeiro

	2023	2022
Aplicações financeiras	61.649	75.321
Atualização de impostos a recuperar	1.568	45
Atualizações monetárias	2.082	-
Outras receitas	55	904
Total de receitas financeiras	65.355	76.270
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(3.094)	(3.842)
Despesas bancárias	(1.677)	(1.724)
Juros, atualizações monetárias e multas	(13.014)	(26.721)
Juros de arrendamentos	(336)	(583)
Outras Despesas	-	(7)
Total de despesas financeiras	(18.121)	(32.677)
Resultado com variação cambial	(722)	(628)
Resultado financeiro	46.512	42.965

26. Gerenciamento de risco
26.1 Fatores de risco financeiro
As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro de suas operações. A gestão de Risco da Companhia é realizada seguindo o modelo de três linhas de defesa para implantação e monitoramento do sistema de controles internos, sendo a primeira linha de defesa formada pelas áreas de negócio, principais responsáveis pelo gerenciamento dos riscos, processos, sistemas e controles sob sua gestão; a segunda linha de defesa contempla atividades desempenhadas pelas áreas de governança do ambiente de controles, desenvolvida pela Diretoria de Riscos e Compliance; e a terceira linha é composta pela auditoria interna que tem como principal responsabilidade monitorar e avaliar os controles internos e procedimentos estabelecidos pelos administradores, e se reporta diretamente ao Conselho de Administração por intermédio do Comitê de Auditoria.

a. Risco de liquidez
É o risco em cumprir as obrigações associadas aos passivos financeiros que no momento do vencimento deverão ser liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro suficientes. A abordagem da administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis. O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é gerenciado pela Tesouraria. Na data do balanço, a Companhia mantém aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) de R\$ 158.016 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 139.413), fundos de investimento em renda fixa de R\$ 330.403 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 422.181) e outros ativos líquidos de R\$ 17.508 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 49.074) que se espera serem prontamente entregues de caixa para administrar o risco de liquidez. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	2023			
	3 meses ou menos	3-12 meses	1-3 anos	Mais que 3 anos
Fornecedores	14.321	-	-	14.321
Dividendos propostos	-	-	-	-
Outras contas a pagar	62.536	-	-	62.536
Incentivos	110.253	-	-	110.253
Marca a pagar	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	835	2.503	17	3.355
Passivos financeiros	187.945	2.503	17	190.465

A Administração

Presidente - Giancarlo Greco	Vice-Presidente de Finanças - Mariana Leguthe Taddeo
------------------------------	--

Ao Conselho da Administração e aos Acionistas da Elo Serviços S.A.
Barueri - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Elo Serviços S.A. ("Companhia" ou "Elo"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Elo Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita bruta transacional
Conforme Notas nº 3j e 23, a receita operacional da Elo Serviços S.A. é composta por três tipos de receita: transacional, serviço e a reductora da receita, incentivos. Consideramos o reconhecimento da receita transacional como um principal assunto de auditoria devido à relevância dos saldos e aos diferentes tipos de contratos com emissores e credenciadores, do volume de transações, e da relevância de tecnologia da informação e de informações de terceiros para o monitoramento do volume das transações e do consequente reconhecimento da receita.
As receitas transacionais são provenientes das comissões com os emissores e credenciadores de cartões de débito e crédito, calculadas com base no volume das transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos com a bandeira ELO.
Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Avaliamos o desenho dos controles internos relacionados aos processos de aprovação dos contratos, validação dos fees praticados com os emissores e credenciadores utilizados como base para o cálculo das receitas. Adicionalmente, o desenho dos controles internos automatizados de monitoramento e controle do volume de transações, foram avaliados com o auxílio de nossos especialistas de tecnologia da informação. Com base em amostragem, efetuamos procedimentos de confirmação externa para validar a existência das transações com cartões de débito e crédito. Ainda com base em amostragem, efetuamos procedimentos de liquidação financeira dos valores de fee a receber.

	2022			
	3 meses ou menos	3-12 meses	1-3 anos	Mais que 3 anos
Fornecedores	23.990	-	-	23.990
Dividendos propostos	408.286	-	-	408.286
Outras contas a pagar	68.158	-	-	68.158
Incentivos	104.109	-	-	104.109
Marca a pagar	-	154.062	-	154.062
Passivo de arrendamento	1.152	2.503	3.417	7.072
Passivos financeiros	605.695	156.565	3.417	765.677

Risco de Crédito
O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito do contas a receber em aberto. O risco de crédito é administrado pela Companhia, tal como por meio da exigência de apresentação, por suas contrapartes, de garantias contratuais. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com rating interno "A", equivalente as empresas com grau de investimento com forte capacidade de pagamento das principais agências de ratings.

Risco de Crédito de Contraparte - Risco Emissor e Credenciador
É o risco de incorrer em perdas financeiras caso um participante do arranjo não cumpra com o compromisso contratual referente à troca de fluxos de caixa entre os Participantes dos Arranjos de Pagamento Elo ao longo da cadeia de pagamentos do arranjo. O Emissor incorrerá em risco de crédito em razão do não pagamento da Transação de Pagamento pelo Usuário no prazo comercialmente estabelecido na modalidade pós-paga, o Credenciador incorrerá em risco de crédito quando este não conseguir honrar com a entrega dos recursos para o Estabelecimento Comercial ou Subcredenciador, referentes a Transações de Pagamento Diferidas. Na hipótese de o Emissor ou o Credenciador inadimplirem o pagamento de suas obrigações junto aos usuários finais crededores, a Elo incorrerá em risco de crédito e acionará as garantias aportadas pelos Participantes, nos termos do Regulamento e da Política de Risco de Liquidação.
A Elo utiliza como instrumentos para gerenciamento do risco de crédito o aporte de garantias pelos Participantes (Emissor e Credenciador) por meio da aplicação de seu modelo de gestão de risco de crédito, da utilização de informações de bureau de crédito e de agências de rating de forma a acompanhar a saúde financeira de seus Participantes.
Para avaliação/classificação de risco dos Participantes, a Elo utiliza um modelo matemático de análise de risco que consideram indicadores financeiros de cada empresa, participante dos arranjos de pagamentos da Companhia, quais sejam: (i) estrutura de capital; (ii) liquidez; (iii) cobertura de passivos de terceiros; (iv) índice de porte; e (v) rentabilidade e performance. Além disso, há aspectos qualitativos relacionados a questões operacionais da empresa, em que a identificação da existência de procedimentos internos contribui para a melhoria da classificação. O processo está em conformidade com métodos de avaliação de riscos reconhecidos no mercado financeiro como aptos às finalidades propostas, tendo sido apresentado recentemente ao Banco Central do Brasil no âmbito do processo de aprovação dos Arranjos de Pagamento Elo.
Por fim, a metodologia de aferição das garantias requeridas dos participantes pela Elo toma por base uma estimativa de perda do participante devido ao descumprimento com suas obrigações financeiras devido à falta de liquidez ou de quebra ou falha de seus sistemas. Cada participante após receber a sua classificação de risco (associada a uma probabilidade de default) tem o valor de garantia calculado a partir da multiplicação da probabilidade de default pelo seu volume transacionado ativo dentro dos arranjos Elo.
Com base nessa metodologia, a Elo orienta os emissores e credenciadores a realizar aportes de garantias complementares de forma a mitigar o risco de suas operações. Recorrentemente, a Companhia realiza o monitoramento dessa atividade e atualiza os montantes de garantias solicitadas aos parceiros.
As formas de garantia são:

Títulos públicos federais (LFT - "Letras Financeiras do Tesouro") alienados são mantidos por custodiante em conta em nome da Elo Serviços. A Companhia não tem o direito de realizar movimentações com essa LFT (trade), mas pode vendê-las em caso de inadimplência por parte do cliente sobre suas obrigações de liquidação (Default).
Carta fiança, contrato que uma Instituição Bancária passa a figurar como fiador garantido de forma irrevogável o pagamento do valor proposto. Garantindo à Companhia o cumprimento integral do contrato caso o Parceiro reste inadimplente.
Seguro Fiança (somente para emissores), apólice emitida pela Seguradora garantido de forma irrevogável o pagamento do valor proposto, em caso de acionamento por motivo de default.
A Companhia avalia rotineiramente a viabilidade de instituições financeiras que oferecem esse tipo de garantia. Historicamente, não ocorreram eventos de inadimplência de liquidação, nem houve a necessidade de acionamento de garantias. No entanto, as obrigações futuras da Companhia, que podem ser materiais sob as suas garantias, não são determináveis, uma vez que dependem de eventos futuros.
A exposição de liquidação da Companhia é limitada ao número de transações de pagamento Elo não liquidadas em qualquer momento. A Companhia mantém e revisa regularmente políticas e procedimentos globais de risco de liquidação para administrar a exposição de liquidação, que pode exigir que os clientes forneçam uma garantia adicional caso certos padrões de crédito não sejam atendidos.
A posição das Garantias citadas está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Títulos do Tesouro (LFT)	98.061	224.946
Carta Fiança	131.245	322.656
Garantias	229.306	547.602

b. Risco de Mercado
(i) Risco cambial
O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da Companhia.
Embora a exposição global da Companhia seja pouco representativa, a Elo está exposta ao risco cambial resultante de exposições a algumas moedas, basicamente o dólar americano.
A Companhia faz algumas transações em moeda estrangeira, reflexo das transações realizadas por portadores de cartão de crédito em estabelecimentos localizados no exterior. A transação efetuada entre o portador do cartão é convertida para moeda nacional na data da compra, porém as contas a pagar do banco emissor da bandeira é feita em moeda estrangeira. A Elo possui suas contas a receber dos Bancos Emissores e suas contas a pagar aos estabelecimentos em dólar, com o mesmo fluxo de recebimento e pagamento.
A administração acredita que a exposição ao risco cambial da Companhia não teria efeito material nas suas demonstrações financeiras, uma vez que as transações nacionais representaram 99,98% para o período de nove meses findos em 31 de dezembro 2023.
(ii) Risco de juros
A demonstração de receita financeira da Companhia está sujeita a alterações decorrentes de depósitos bancários que rendem juros contratados a taxas de juros de mercado flutuantes.
A Companhia investe seu caixa em instituições financeiras de primeira linha e opera com instrumentos financeiros dentro dos limites estabelecidos pela política de aplicação, que consiste em aplicações em fundos de investimento de renda fixa administrados por bancos acionistas (Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal) ou em CDB (Certificado de Depósito Bancário) pós-fixados, também emitidos por bancos de acionistas, à taxa do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) com carência de até 365 dias corridos.
A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado decorre principalmente das aplicações financeiras e está sujeita à variação do CDI. Para tanto, foi desenvolvida uma análise de sensibilidade considerando a exposição à variação do CDI, indexador das linhas de aplicações financeiras da Companhia. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi utilizado um cenário de 11,65% do CDI conforme taxa divulgada pela B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) em 29 de dezembro de 2023. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi utilizado um cenário de 13,75% conforme premissas econômicas - DEPEC divulgado pelo Bradesco em 12 de dezembro de 2022.
Os cenários considerados foram os seguintes:
• Cenário I: aumento de 50% na variável de risco.
• Cenário II: aumento de 25% na variável de risco.
• Cenário III: redução de 25% na variável de risco.
• Cenário IV: redução de 50% na variável de risco.

Montante da cobertura

	2023	2022
Patrimônio	32.463	32.463
Incêndio/Raio/Explosão	527	527
Perda Pagamento Aluguel Básica	100	100
Vandalismo/Fumaça	60	60
Danos Elétricos	30	30
Roubo	10	10
Vídros	50	50
Alagamentos e inundação	100	100
RC - Estabelecimento Comercial - Operações	50	50
Sistema de incêndio	50	50
Ruptura de Tubulações	50	50
Equipamentos	50	50
Responsabilidade Civil de Administradores, Diretores e/ou Conselheiros	100.000	100.000

26.3 Compensação de instrumentos financeiros
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía acordo de compensação de instrumentos financeiros.
27. Transações não-caixa

	Nota	2023	2022
Transações de investimentos não-caixa		326	106
Contratos de arrendamento	17	326	106

28. Cobertura de seguros
A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

29. Eventos Subsequentes
Não foram registrados eventos subsequentes até a data de aprovação das demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração em 01 de março de 2024.

Contador
Rainy Pereira Maia - CRC 1SP295122/O-8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Por fim, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras de acordo com as normas aplicáveis.
Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis o reconhecimento da receita operacional líquida e suas respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado
A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma

	Risco	Cenários em 2023				
		Aumento	Aumento	Queda	Queda	
Receita Financeira Efeito	Aumento/Queda do CDI	Cenário estático	50%	25%	25%	50%
		56.901	85.351	71.126	42.676	28.450